

44ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

DATA: 05 de fevereiro de 1997

LOCAL: Sala de Reuniões da SPES, 2º Andar, Bloco F, Ministério do Trabalho

PARTICIPANTES: Daniel Andrade Ribeiro de Oliveira, Representante Titular do MTb e Presidente do CODEFAT - Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Representante Suplente do MTb e Secretária-Executiva - José Roberto Leal Ferreira Fiorêncio, Representante Suplente do BNDES - Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante Titular da CGT - Delúbio Soares de Castro, Representante Titular da CUT - Ricardo Baldino e Souza, Representante Suplente da Força Sindical - Ubiracy Torres Cuóco, Representante Titular da CNC - Armando de Queiroz Monteiro Neto, Representante Titular da CNI - Alencar Naul Rossi, Representante Titular da CNF.

I - ABERTURA - O Sr. Presidente iniciou a reunião cumprimentando e desejando um ano de muito sucesso a todos os presentes. Em seguida, apresentou o Sr. Lourival Carmo Mônaco, Presidente da FINEP, ao Colegiado, passando aos itens constantes da pauta. ITEM 1 - Apresentação de avaliação do desempenho da FINEP, relativa ao Convênio FAT/FINEP. O Sr. Lourival Carmo Mônaco, fazendo uso da palavra, agradeceu ao convite que lhe foi feito, dando-lhe oportunidade para que fizesse um relato sintético sobre a utilização dos recursos do FAT pela FINEP. Fez a apresentação com o auxílio de projeções de transparência, ressaltando a preocupação da administração da FINEP com a visão social, a visão do emprego e com a relação tecnologia/emprego, que deu origem a várias atividades. Destacou o Programa de Apoio Tecnológico à Pequenas e Médias Empresas, explicando ser esse programa, uma forma de fortalecer as empresas, preservando o emprego e melhorando a distribuição de renda. Informou, ainda, estarem buscando parceria com o Banco Mundial - BIRD e outras instituições. Em seguida, apresentou um filme-vídeo, com exemplos de projetos, que estão sendo utilizados para divulgação dos resultados globais. Falou, ainda, sobre vários projetos da FINEP, desculpando-se pela rapidez e colocando-se à disposição dos Conselheiros. Feita a exposição, o Sr. Presidente teceu considerações a respeito do PROEDUC e da preocupação do CODEFAT e do Ministério do Trabalho sobre o que consideram um dos grandes problemas da mão-de-obra brasileira: o baixo nível de escolaridade. Em seguida, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Srs. Conselheiros para suas considerações. O Conselheiro Titular da CGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, solicitou maiores esclarecimentos quanto ao número de empregos gerados ao final das aplicações dos financiamentos. O Sr. Lourival Carmo Mônaco esclareceu que ainda não poderia oferecer dados seguros ao Conselho, devido à falta de maturação dos projetos. O Sr.

Presidente sugeriu, atendendo ao Conselheiro da CGT, que a FINEP fizesse esse levantamento e que o encaminhasse dentro do próximo mês. O Sr. Lourival Carmo Mônaco prontificou-se a encaminhar os dados. Feitos os esclarecimentos e encerrados os debates, o Sr. Presidente agradeceu ao Sr. Lourival Carmo Mônaco, pela presença e pela exposição. O Conselheiro da CGT solicitou a palavra para se reportar a 43ª Reunião Ordinária, esclarecendo que naquela reunião, ele havia solicitado informações a respeito da utilização de recursos do FAT, junto à Brahma, cuja operação resultou em desemprego para os trabalhadores. Salientou que, na ocasião, ele não havia dito que esses recursos teriam sido oriundos de repasse da FINEP, mas, tendo em vista a FINEP ter encaminhado resposta formal a SPES - informando que dos financiamentos feitos à Brahma, em nenhuma das operações havia sido utilizado recursos do FAT - solicitou que fosse feita consulta, no mesmo sentido, aos demais agentes financeiros do CODEFAT. Em seguida, a Secretária-Executiva, Srª. Maria Elizabeth Santiago Contreiras, solicitou ao Presidente da FINEP o encaminhamento, com a maior urgência, dos seguintes dados: número de empregos gerados e qual a utilização dos recursos liberados inicialmente (130 milhões de reais), para que seja dado andamento à segunda parcela do Convênio FAT/FINEP. Na sequência, o Sr. Presidente submeteu ao Plenário sugestão de inversão da pauta, para apreciação imediata do item 4. II - ASSUNTOS SUJEITOS À DELIBERAÇÃO. Aprovada a inversão da pauta, passou-se ao referido ITEM 4 - Proposta de Resolução de novos valores da PED de acordo com os dados obtidos em razão do levantamento realizado com base na planilha de custos elaborada pelo Grupo de Trabalho instituído na 43ª Reunião Ordinária do Conselho. O Sr. Presidente fez a apresentação do tema ressaltando que a proposta ora apresentada aumentaria o custo, por questionário, para 25 reais, mantendo o limite de 2.500 domicílios. O Conselheiro da Força Sindical, Sr. Ricardo Baldino e Souza, questionou se os planos de trabalho dos SINE seriam alterados em função dessa Resolução, já no exercício de 1997. O Sr. Presidente, respondendo, explicou que os planos de trabalho dos SINE do ano de 1997 teriam necessariamente de ser alterados, em virtude dos novos valores. Colocada em apreciação, foi aprovada por unanimidade a proposta de Resolução do item 4 da pauta. O Sr. Presidente colocou em discussão o ITEM 3 da pauta: Ratificação da Resolução nº 133/96, que dispõe sobre alocação de recursos do FAT, no Banco do Brasil, destinada ao PROGER, dirigida ao setor rural. Em votação, foi aprovado por unanimidade o item 3 da pauta e, portanto, ratificada a Resolução nº 133/96. Passou-se à discussão do ITEM 2 da pauta: Ata da 43ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de novembro de 1996. Posta em discussão, foi aprovada a Ata da 43ª Reunião Ordinária do Conselho, com uma alteração encaminhada à Secretaria-Executiva pelo Conselheiro da CGT. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão o ITEM 5 da pauta: Reconhecimento definitivo das Comissões Estaduais de Emprego dos Estados do AC, AM, GO, PB, RO, SE, TO e RS. Solicitando a palavra, o Conselheiro da CGT informou que apenas as Comissões dos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Sul estariam aptas a serem reconhecidas definitivamente. O Sr. Presidente propôs a aprovação dessas Comissões e a prorrogação do reconhecimento provisório, das demais, até a próxima reunião do Conselho. Posto

em votação, foram aprovadas definitivamente as Comissões Estaduais de Emprego dos Estados do Amazonas e do Rio Grande do Sul, ficando as demais com reconhecimento provisório até a reunião ordinária subsequente. III - INFORMES. Em seguida, o Sr. Presidente anunciou o ITEM 6 da pauta: Sistema de Informações do PROGER, passando a palavra à Coordenadora-Geral de Emprego da SPES, Sra. Beatrice Valle, para a apresentação do tema. A Coordenadora-Geral de Emprego da SPES fez uma breve explanação sobre a evolução da SPES, no sentido do gerenciamento das informações, informando que com a colaboração dos técnicos da DATAMEC, foi desenvolvido um banco de dados, denominado SAEP - Sistema de Acompanhamento da Execução do PROGER, objetivando registrar as informações gerenciais do PROGER, que seriam disponibilizadas não só para o Ministério, mas para todos que acompanham a execução do Programa, na forma de gráficos e relatórios. Em seguida, com o auxílio de projeções de transparência, exemplificou tabelas e gráficos que estariam disponibilizados pelo Sistema. Passou-se, a seguir, ao ITEM 7 da pauta: Apresentação pela Secretaria de Desenvolvimento e Formação Profissional - SEFOR de resultados globais do ano de 1996. Com a palavra, o Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional do MTb, Sr. Nassim Gabriel Mehedff, agradeceu ao Conselho pela oportunidade e, antes de expor sobre os aspectos e os resultados preliminares de 1996, do PLANFOR - Plano de Educação Profissional, financiado pelo FAT, na área de qualificação profissional, reportou-se à questão do aumento da escolaridade do trabalhador, informando que o Ministério estava mantendo entendimento com o Ministério da Educação e Cultura - MEC, relativo à elaboração de um projeto, que posteriormente deverá ser apresentado ao BID, visando, principalmente, nesse projeto de reformulação do Sistema de Educação Profissional do Governo Federal, mudança no tipo de gestão das escolas técnicas e no tipo de clientela atendida, ampliando a gestão para a sociedade civil, junto com o governo, e ampliando a clientela, que hoje é muito restrita nas escolas técnicas, do ponto de vista do atendimento à população economicamente ativa em qualificação. Continuando, informou, também, que provavelmente, até março, encaminharia um relatório preliminar sobre as negociações e os avanços da implementação da Rede Nacional do Trabalhador, ao Conselho. Em Seguida, fez uma longa explanação sobre o PLANFOR, com o auxílio de projeções de transparências. Ao final da exposição, apresentou quatro filmes que representavam as ações realizadas em quatro diferentes Estados para quatro tipos diversos de população. O Sr. Presidente agradeceu ao Secretário de Formação e Desenvolvimento Profissional pela apresentação quando, ainda, o Conselheiro Francisco Canindé Pegado do Nascimento manifestou a satisfação do Conselho diante dos resultados apresentados. Na seqüência, o Sr. Presidente submeteu ao Plenário, como item extrapauta, sugestão no sentido de ser dada a palavra ao Assessor do Ministro do MTb, Prof. Jorge Jatobá, para breve exposição sobre o andamento dos trabalhos relativos às metodologias utilizadas na PED - Pesquisas Domiciliares sobre Emprego e Desemprego. Aprovada a sugestão, o Prof. Jorge Jatobá lembrou que na reunião do CODEFAT, realizada em novembro/96, foi explicado ao Conselho sobre um protocolo de intenções, para executar ações coordenadas na área de sistemas domiciliares de

informações sobre emprego e desemprego, a ser assinado com a Fundação IBGE, a Fundação SEADE/DIEESE, e o SINE do Ceará, que são as instituições que conduzem pesquisas com metodologias próprias para avaliar mensalmente a questão do emprego e desemprego no País. Continuando, informou que a partir daquela reunião foi encaminhada uma minuta de protocolo para as instituições mencionadas, explicando que a Fundação IBGE encaminhou algumas sugestões, o SINE/CEARÁ concordou plenamente, sem adendos ou modificações à minuta apresentada, e, a Fundação SEADE/DIEESE encaminhou, recentemente, uma proposta com algumas considerações. Informou, ainda, que a próxima etapa seria a de avaliar e acomodar as diferentes sugestões e, uma vez formado o protocolo, devidamente assinado pelas partes, seria imediatamente implementado. Reiterou ao CODEFAT ser fundamental o apoio do Conselho para o sucesso do protocolo de intenções, que será o instrumento que viabilizará um sistema inteligente e eficiente, ao nível nacional, de informações domiciliares mensais sobre emprego e desemprego. Não havendo manifestações por parte dos Srs. Conselheiros, o Sr. Presidente agradeceu ao Prof. Jorge Jatobá e anunciou o ITEM 8 da pauta: Avaliação do desempenho do Banco do Brasil e demais intervenientes no PROGER, referente ao ano de 1996. Concedeu a palavra à Sra. Heloísa Helena Oliveira, Secretária-Executiva para a área social do Banco do Brasil. A Sra. Heloísa Helena Oliveira, com o auxílio do Sr. João Rabelo Júnior e de projeções de transparências, fez a apresentação do tema, explicando que a avaliação foi realizada em duas etapas: inicialmente foi feito um levantamento de dados, compatibilizando as informações de critérios de apuração de inadimplência com o Banco do Nordeste do Brasil - BNB, e, em seguida, um trabalho de campo, realizando visitas a sete Estados: PR, DF, MG, PE, MS, CE e BA. A Secretária-Executiva para a área social do Banco do Brasil, durante sua explanação, prestou os esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros e finalizou, informando que a proposta do Banco do Brasil não era parar nesses sete Estados, mas estabelecer um sistema de acompanhamento do desempenho do Banco nos Estados, informando, ainda, que já estão programadas visitas aos Estados de São Paulo e Mato Grosso e, posteriormente, nos demais. O Conselheiro da Força Sindical solicitou a palavra para denunciar que em alguns estados, particularmente no Rio Grande do Sul, o SEBRAE, se limitava, exclusivamente, a elaborar os projetos, não fazendo o treinamento gerencial e o acompanhamento previstos na Resolução do CODEFAT, no que se aplica ao PROGER. Continuando, informou que também em São Paulo foi constatado esse fato, ressaltando que o ponto mais grave foi que a Comissão Estadual de Emprego de São Paulo, em conjunto com o Governo do Estado, resolveu atribuir à Comissão o poder de vetar a participação de entidades, de iniciativa privada, de serem parceiras do Estado e do Banco do Brasil nesse processo, só habilitando entidades públicas ou ONG. O Sr. Presidente, diante do exposto, solicitou à Coordenadora-Geral de Emprego da SPES que contactasse com a Comissão de Emprego do Estado de São Paulo para deslindar esse assunto, destacando ser uma exorbitância do poder da Comissão. Retornando ao assunto anterior, o Conselheiro da CGT questionou aos representantes do Banco do Brasil o que de fato existia em carteira nas diversas agências bancárias, ou seja, qual

a quantidade de projetos apresentados e qual a quantidade de projetos que foram atendidos, e, ainda, se o Banco estava avaliando a possibilidade da criação de fundo de aval, ou algo nesse sentido. A Secretária-Executiva para a área social do Banco do Brasil, respondendo, explicou que quanto à primeira questão, da quantificação de projetos aprovados e pendentes de aprovação, já havia, em alguns Estados, esse acompanhamento e que a intenção do Banco era implementar esse acompanhamento, monitorando esses dados de Brasília, para, no futuro, apresentá-lo ao Conselho. Quanto à segunda questão, do fundo de aval, informou estarem começando os estudos nessa linha, destacando ser um ponto realmente importante, sobre o qual solicitou ao Sr. João Rabelo Junior que comentasse as propostas existentes. Em seguida, o Sr. Presidente abriu um parêntese na discussão, tendo em vista a necessidade de alguns Conselheiros se retirarem da reunião, devido ao adiantado da hora, para submeter ao Plenário a data da reunião subsequente do Conselho, passando ao ITEM 9 da pauta: Solicitação da Presidência do BNB de realização de reunião do CODEFAT em Fortaleza-CE, com objetivo de avaliação "in loco" das realizações do PROGER, sugerindo, ao Colegiado, a data de 3 de abril, seguindo a periodicidade das reuniões do Conselho. Após breve discussão, ficou aprovado o dia 3 de abril de 1997, na sede do Banco do Nordeste - BNB, em Fortaleza-CE, a próxima reunião do CODEFAT. Retomando as discussões sobre o tema anterior, manifestou-se ainda, o Conselheiro da CNC, Sr. Uiracy Torres Cuóco, que solicitou algumas informações complementares, sendo prontamente respondidas pelos representantes do Banco do Brasil. Encerrada a discussão, o Sr. Presidente agradeceu a presença dos representantes do Banco do Brasil, passando a palavra ao Conselheiro da CGT. Esse Conselheiro fez menção ao encontro da Bancada dos Trabalhadores, que deveria ter sido realizado no final do ano passado e não o foi por absoluta falta de tempo. O Conselheiro da Força Sindical propôs que se realizasse uma rodada de visitas a todos os Estados, ao invés de uma reunião, como a sugerida pelo Conselheiro da CGT. O Sr. Presidente sugeriu que os Conselheiros Francisco Canindé Pegado do Nascimento e Ricardo Baldino se reunissem com a Secretária-Executiva e a Coordenadora-Geral de Emprego da SPES para estabelecer uma agenda para essas visitas, que poderiam se estender por todo o corrente ano, se dispondo a participar de algumas. A Secretária-Executiva lembrou que no dia 26 de fevereiro estava marcada uma reunião com alguns Conselheiros que queriam conhecer, com mais detalhes, as visitas de supervisão, realizadas pelos técnicos da SPES aos SINE nas diversas unidades da federação, sugerindo aos Conselheiros da CGT e da Força Sindical comparecerem nesse dia, onde poderiam, também, discutir as providências para a realização dessas visitas, o que foi aceito pelos Conselheiros. Em seguida, o Conselheiro da CGT questionou ao Conselheiro da CNF, Sr. Alencar Naul Rossi, sobre o andamento do plano de viagem ao exterior que objetivava o conhecimento dos Programas de Seguro-Desemprego em outros países. O Conselheiro da CNF respondeu que estava fazendo alguns contatos, e que pretendia reunir-se com o Adido Trabalhista dos Estados Unidos, comprometendo-se, ainda, a entrar em contato com os Conselheiros, tão logo tenha alguma informação. IV - Outros Assuntos. ITEM 10 da pauta: Entrega dos seguintes documentos: Relatório

do Banco do Brasil, relativo às operações contratadas, referente a novembro/96; Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira do FAT; Síntese do Seguro-Desemprego e Lei 4.923/65, referente a outubro/96; Clipping do FAT, período de 21 de novembro de 1996 a 27 de janeiro de 1997; Informe da Coordenação-Geral de Emprego - CGEM/SPES/MTb, referente a dez/96 e jan/97; Relatório da FINEP, relativo às operações contratadas, posição 27.01.97; Composição das Comissões Estaduais de Emprego; KIT PROGER. Encerrada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a reunião. E, para constar, eu, Maria Elizabeth Santiago Contreiras, Secretária-Executiva do CODEFAT, lavrei a presente Ata, que, após aprovada, será assinada pelo Presidente, demais membros do Colegiado e por mim.

DANIEL A. RIBEIRO DE OLIVEIRA

Presidente e Representante Titular do MTb

M^a ELIZABETH SANTIAGO CONTREIRAS

Secretária-Executiva e Representante Suplente do MTb

JOSÉ ROBERTO L. F. FIORÊNCIO

Representante Suplente do BNDES

FCO. CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO

Representante Titular da CGT

DELÚBIO SOARES DE CASTRO

Representante Titular da CUT

RICARDO BALDINO E SOUZA

Representante Suplente da Força Sindical

ALENCAR NAUL ROSSI

Representante Titular da CNF

UBIRACY TORRES CUÓCO

Representante Titular da CNC

ARMANDO DE QUEIROZ M. NETO

Representante Titular da CNI

